

ALGARVE

Navios para fazer recife no Alvor cedidos a custo zero pela Marinha

Buraco na lei não exige avaliação do impacto ambiental do projecto, que está à espera de fundos europeus. Primeiro navio será afundado em Setembro

Lurdes Ferreira

Os quatro velhos navios que somam quatro mil toneladas de aço vêm da Marinha portuguesa. Os explosivos que os afundarão a partir do final de Setembro vêm dos EUA. E da União Europeia virá a fatia principal do dinheiro para pôr a sucata militar a fazer de recife. Ficará a 30 metros de profundidade ao largo da costa, perto de Alvor, em Portimão.

A frota é composta pela corveta *Oliveira e Carmo*, o navio-patrolha *Zambeze*, o navio oceanográfico *Almeida Carvalho* e a fragata *Hermenegildo Capelo*. É a primeira vez no país que serão afundados navios militares 'reformados' para visitas de mergulho. Foram cedidos de forma directa e gratuita para este fim.

As duas primeiras embarcações estão há alguns meses em trabalho de descontaminação no porto de Portimão. No final de Setembro, o primeiro será afundado perto de Alvor e os outros segui-lo-ão.

O Governo entregou os navios à Câmara Municipal de Portimão, que recebeu, por sua vez, a garantia de que todas as responsabilidades operacionais e financeiras ficariam com o homem que concebeu o projecto: Luís Sá Couto. Este gestor, que foi responsável pela Accenture Portugal nos anos 90, é conhecido por ser amigo de Nuno Vasconcelos e Rafael Mora, líderes da Ongoing, e com quem trabalhou na altura na consultora então Andersen. É também padrinho de casamento de Mora.

É através da sua empresa de mergulho, a Subnauta, que Sá Couto promove o projecto ao qual deu o nome de Ocean Revival. Está orçado em cerca de 2,5 milhões de euros, e em vez do financiamento exclusivamente privado anunciado antes da crise, espera por cerca de um milhão de euros de fundos públicos europeus. Será a primeira vez que verbas da UE apoiarão um projecto destes no país, caso seja aprovado.

A lei que está na base desta doação data de 1994 e permite que navios abatidos à lista da Armada sejam cedidos directa, gratuitamen-

te e sem custos para o Estado. Com base nesta lei e em pareceres pedidos aos organismos do ambiente, turismo e património, o então secretário de Estado da Defesa Marcos Perestrello e o ex-ministro da tutela Augusto Santos Silva deram luz verde ao projecto, em 2010.

Santos Silva, em despacho de 12 de Maio desse ano, invocava "razões de interesse público" para a entrega dos navios ao município: criação de um "museu subaquático" com "acesso livre" dos mergulhadores, sublinhando o seu interesse para o "turismo subaquático, cultura, preservação histórica, protecção da vida marinha e da economia".

Luís Sá Couto diz que o país não atraiu até agora turistas de mergulho e que as embarcações afundadas ao largo da costa algarvia ao longo dos séculos "não são barcos, são vestígios e os navios militares inteiros é que despertam a atenção". E é essa a razão por que promove a ideia há quase cinco anos.

Questionado há algumas semanas sobre este projecto, o Ministério da Defesa cita a lei para explicar a doa-

ção. Já o termo de transferência da propriedade dos navios dá à Marinha o direito de vender em hasta pública os que, entretanto, "apresentem risco de afundamento no local" ou risco de tal acontecer pelo caminho até Portimão.

Os organismos oficiais escusam-se a fazer contas. Mas segundo um especialista contactado pelo PÚBLICO, a venda dos quatro navios nas condições em que se encontravam poderia render cerca de dois milhões de euros, face às actuais cotações do mercado de sucata. No entanto, a este valor teria de ser subtraído o custo da descontaminação e preparação das embarcações para reutilização do metal, um processo "relativamente caro". Admite, assim, que a receita final líquida "seria menor e daria algum trabalho". O custo estimado para fazer o recife artificial é de dois milhões e meio de euros.

Militares que acompanharam o processo sustentam que a venda daria uma "receita irrisória" e que "o interesse público" da opção prevaleceu como "benefício superior". A Defesa não comenta valores, em-

bora refira ao PÚBLICO que tinha as duas opções de alienação e que depois da primeira doação, já cedeu também os submarinos *Barracuda* a Almada e o *Delfim* a Viana do Castelo, para fins museológicos mas não para afundamento.

O protocolo que a Câmara Municipal de Portimão assinou em Setembro de 2011 transfere para a Musubmar, uma associação para promoção do turismo subaquático, todas as responsabilidades financeiras e operacionais do projecto. A associação é formada até agora apenas pelo município e pela Subnauta, a empresa do antigo gestor da Accenture. A autarquia e Sá Couto garantem haver neste momento duas entidades interessadas em entrar para a associação, mas não avançam nomes.

Na altura da criação da Musubmar, o assunto não foi pacífico. Na reunião de Câmara que a aprovou, em Julho de 2011, os dois vereadores do PSD, José Dias e Olga Brito, votaram contra, queixando-se de a associação ser mais uma "parceria público-privada encapotada" e de reforçar a "oligarquia empresarial do concelho".

